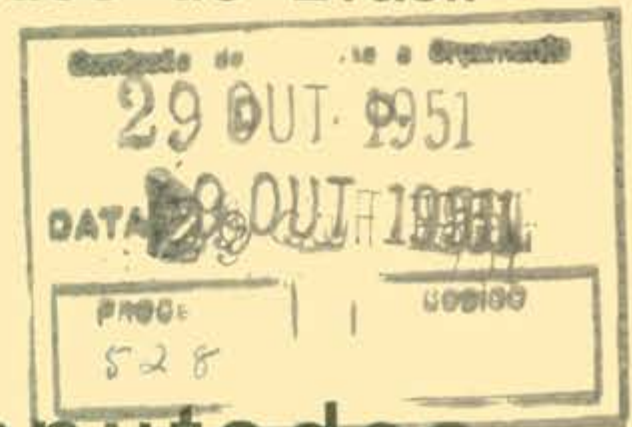


República dos Estados Unidos do Brasil



Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

Protocolo n.º 2.695

Ofício nº 1.077, de 51 (Senado Federal) Encaminha o autógrafo do Projeto de Lei, do Senado, nº 7/51, que dispõe sobre a contagem de tempo de Escola, dos alunos da E.V.E. - curso de formação de Oficiais Veterinários.

DESPACHO: *Delegação de Comissões em 19/10/51*

em de 19

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. *deputado André Fernandes*, em 25-10-51  
O Presidente da Comissão de *C. S. N., Arthur Bernardes*  
Ao Sr. *de Macedo Soares*, em 30 X 19 51  
O Presidente da Comissão de *[assinatura]*  
Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de  
Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de  
Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de  
Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de  
Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de  
Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de  
Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de

PROJETO Nº 1302 DE 1951

# SINOPSE

Projeto N.º ..... de ..... de 19.....

Ementa: .....

.....

.....

Autor: .....

Discussão única .....

Discussão inicial .....

Discussão final .....

Redação final .....

Remessa ao Senado .....

Emendas do Senado aprovadas em ..... de ..... de 19.....

Sancionado em ..... de ..... de 19.....

Promulgado em ..... de ..... de 19.....

Vetado em ..... de ..... de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de ..... de ..... de 19.....

Caixa: 57

Lote: 29 308/1951

PL N.º 1

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto: 1308:

- 1- Originário do Senado, versá o presente projeto: a) ... copiar o art. 1.<sup>o</sup>  
b) copiar o art. 2.<sup>o</sup>
- 2- Enviado ao Ministério da Guerra, após longo e discutido estudo e assunto, oendura que  
(copiar)
- 3- Quanto ao art. 2.<sup>o</sup> supõe medida já adotada quanto ao quadro de saúde.
- 4- Assim, sem se parecer que o projeto merece aprovação.

*Quando a lei não prevê o projeto vai à largada*

*4.2.52*

*Camelo Filho*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO

N.º 1.308-A — 1951

Dispõe sobre a contagem de tempo de efetivo serviço dos oficiais veterinários que cursaram, na qualidade de alunos civis, a Escola de Veterinária do Exército; com pareceres favoráveis das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças

#### PROJETO N.º 1.308-1951 A QUE SE REFEREM OS PARECERES

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Aos oficiais veterinários que outrora, na qualidade de alunos civis, seguiram com aproveitamento o curso de formação de oficiais veterinários da Escola de Veterinária do Exército, é computado, como tempo de efetivo serviço, esse período de estudo, que deverá contar-se a partir da data da matrícula.

Art. 2.º Os oficiais veterinários do Exército diplomados em Veterinária por escolas civis, quando transferidos para a reserva ou reformados, contarão um ano do curso feito com aproveitamento nessas escolas em cada cinco anos do respectivo tempo de serviço efetivo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de outubro de 1951. — *João Café Filho*. — *Vespasiano Martins*. — *Waldemar Pedroza*.

#### Parecer da Comissão de Segurança Nacional

1 — Originário do Senado, visa o presente projeto:

a) Aos oficiais veterinários que outrora, na qualidade de alunos civis, seguiram com aproveitamento o curso de formação de oficiais veterinários da Escola de Veterinária do

Exército, é computado, como tempo de efetivo serviço, esse período de estudo, que deverá contar-se a partir da data da matrícula.

b) Os oficiais veterinários do Exército diplomados em Veterinária por escolas civis, quando transferidos para a reserva ou reformados, contarão um ano do curso feito com aproveitamento nessas escolas em cada cinco anos do respectivo tempo de serviço efetivo.

2 — Ouvido o Ministério da Guerra, após longo e elucidativo estudo do assunto que "Do exposto, este Ministério é de parecer que o Projeto de Lei, ora submetido ao mesmo, para audiência, virá aclarar, aos alunos civis que tiraram o curso em igualdade de deveres com os militares e, com maiores ônus, uma justa solução às suas aspirações profissionais, e ao Exército, a regulamentação da matéria, que é de todo seu interesse".

3 — Quanto ao art. 2.º propõe medida já adotada quanto ao Quadro de Saúde.

4 — Assim, sou de parecer que o projeto merece aprovação.

Sala "Sabino Barroso", em 26 de outubro de 1951. — *Arthur Bernardes*, Presidente. — *André Fernandes*, Relator. — *Manuel Peixoto*. — *Virgílio Távora*. — *José Guimard*. — *Galdino do Valle*. — *Lima Figueiredo*. — *Arruda Câmara*. — *Alvaro Castelo*. — *Vitorino Corrêa*.

*Parecer da  
Segurança  
Nacional*

*Parecer e Friso*

Parecer da Comissão de Finanças

RELATÓRIO

O Projeto n. 1.308-51, originário do Senado, manda computar, como tempo de efetivo serviço, aos oficiais veterinários, o período de estudos na Escola de Veterinária do Exército, e, àqueles formados por escolas civis, acresce o tempo para reforma ou transferência para a Reserva, na base de um ano do curso para cinco de efetivo serviço.

O Ministério da Guerra aplaudiu sem restrições o projeto, ao ser ouvido por decisão do Senado, conforme Aviso n.º 37-11, de 10 de maio do corrente ano.

A Comissão de Segurança Nacional da Câmara opinou em consequência pela aprovação do projeto.

PARECER

O relator é de parecer seja aprovado o projeto tal como se acha redigido.

Sala "Antônio Carlos", em 6 de dezembro de 1951. — *Macedo Soares e Silva, Relator.*

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças opina favoravelmente ao Projeto n.º 1.308-51, nos termos do parecer do Relator.

Sala "Antônio Carlos", em 6 de dezembro de 1951. — *Israel Pinheiro, Presidente.* — *Macedo Soares e Silva, Relator.* — *Alvaro Castelo.* — *Parsifal Barroso.* — *Epilogo de Campos.* — *Alde Sampaio, vencido.* — *Rafael Cincurá.* — *Lauro Cruz.* — *Pontes Vieira.* — *Lameira Bittencourt.* — *Leite Neto.*

Caixa: 57

Lote: 29  
PL N° 1308/1951

3

CÂMARA DOS DEPUTADOS

1.308 A  
1951

União

Projeto \_\_\_\_\_ pag. 1

Projeto de Lei \_\_\_\_\_ pag. 1  
26.10.51  
anexo 1

Projeto de Lei \_\_\_\_\_ pag. 2  
6.12.51  
anexo 1

Aprovado a 12 de maio de 1951  
a 12 de maio



## SENADO FEDERAL

### PARECER

N.º 546, de 1951

*Da Comissão de Forças Armadas — sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1951.*

Relator: Sr. Roberto Glasser:

O projeto originário do Senado, sob o n.º 7, de 1951, tem por objetivo dar aos oficiais veterinários, que cursaram a Escola de Veterinários do Exército, como alunos civis, o direito de computar, como tempo de efetivo serviço, o período passado, com aproveitamento, no curso de formação de oficiais veterinários daquela Escola. O projeto diz que o tempo de serviço deve ser contado a partir da data da matrícula na respectiva Escola.

A Comissão de Justiça ouviu o Sr. Ministro da Guerra a respeito do conteúdo do projeto em discussão e sua Ex.<sup>a</sup> opinou favoravelmente de cujo elevado documento, transcrevemos a seguinte conclusão:

“Do exposto, este Ministério é de parecer que o Projeto de Lei, ora submetido ao mesmo, para audiência, virá aclarar, aos alunos civis que tiraram o curso em igualdade de deveres com os militares e, com maiores ônus, uma justa solução às suas aspirações profissionais e, ao Exército, a regulamentação da matéria, que é de todo seu interesse”.

Em face das informações tão lucidas, do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, somos de parecer que o projeto está em condições de ser aprovado.

Sala das Comissões, em 4 de julho de 1951 — *Pinto Aleixo*, Presidente — *Roberto Glasser*, Relator. — *Onofre Gomes* — *Magalhães Barata* — *Silvio Curvo*.

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 7, de 1951

*Dispõe sobre a contagem de tempo de Escola aos alunos da E. V. E. — Curso de formação de Oficiais Veterinários.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Aos Oficiais Veterinários que cursarem a Escola de Veterinária do Exército como alunos civis é computado como tempo de efetivo serviço o período passado, com aproveitamento no curso de formação de oficiais veterinários daquela Escola.

Parágrafo único. O tempo de serviço a que se refere o artigo supra é contado a partir da data da matrícula na respectiva Escola.

Art. 2.º Os Oficiais Veterinários do Exército diplomados em veterinária por Escolas civis, contarão unicamente e para efeito de transferência para a reserva ou reforma em cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço, 1 (um) ano do seu respectivo curso, feito com aproveitamento naquelas Escolas Superiores.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

#### *Justificativa*

Os Oficiais Veterinários matriculados na Escola de Veterinária do Exército, na vigência dos regulamentos de ns. 34 a 66 Decretos-leis de números 15.229 e 19.555, publicados nos Boletins do Exército de ns. 429 de 10 de janeiro de 1922 e dito n.º 592 de 20 de abril de 1930 fizeram seus respectivos cursos de Formação de

Oficial sujeitos inteiramente ao regime militar (fardamento, escalas de serviço instrução militar, ordem unida, equitação, topografia, etc.) tudo isso durante 3 ou 4 anos conforme se considere o regulamento de número 34 ou de n.º 66. Após todo esse tempo de regime absolutamente militar, os alunos civis não contam aquele período do Curso, como seus colegas militares daquela Escola.

Acresce anotar que estes os militares (tenentes comissionados, sargentos, cabos e soldados), recebiam como de direito os vencimentos relativos a seus postos e graduações, contando período escolar como tempo de efetivo serviço. Aos cabos e soldados ainda era distribuído o fardamento para seu uso na conformidade das Instruções em vigor.

Os civis, além de não receberem nenhum vencimento dos cofres públicos e não contarem o período passado como alunos da E. V. E. ainda adquiriam as suas expensas, o uniforme que se tornou obrigatório na-

quela Escola, por imperativo da instrução militar que recebiam.

Assim é de inteira justiça que os alunos civis de que trata o art. 1.º da presente lei contem como de *efetivo serviço* o período durante o qual cursaram a respectiva Escola, uma vez que estiveram sujeitos a um regime totalmente militar.

Quanto aos demais Oficiais Veterinários, recrutado de maneira análoga aos Oficiais Médicos a situação que se pleiteia para eles constitui, também, medida de inteira justiça uma vez que tal critério já é adotado para os Oficiais do Serviço de Saúde, não sendo evidentemente, equitativo que se excluam desse dispositivo legal Oficiais de outros Serviços, possuidores também de Curso Superior e recrutados de maneira idêntica.

Sala das Sessões, 9 de janeiro de 1951. — *Braga Pinheiro.*

*Projeto publicado no "Diário do Congresso Nacional de 10 de janeiro de 1951; Parecer no D. C. N. de 7 de julho de 1951.*



## SENADO FEDERAL

### PARECER

N.º 888, de 1951

*Da Comissão de Forças Armadas,  
sobre o Projeto de Lei do Senado  
n.º 7, de 1951.*

Relator: Sr. Pinto Aleixo.

Retorna a esta Comissão o presente projeto de lei, objeto de deliberação da sessão de 4 de julho próximo passado.

Acompanha-o o aviso n.º 550 do Ministério da Guerra, datado de 22 de agosto último, razão da retirada do projeto da ordem do dia da sessão de 4 de setembro, por deliberação da Mesa do Senado, a fim de ser novamente ouvida a Comissão de Forças Armadas.

Dos estudos feitos anteriormente, inclusive pela Comissão de Constituição e Justiça, que pediu audiência do Ministério da Guerra, no que foi atendida em aviso 337, de 10 de maio do corrente ano, resultou a conclusão de ser inteiramente *justo* mandar a lei que, aos oficiais veterinários, que cursaram a Escola de Veterinária do Exército como alunos civis, seja computado como tempo de efetivo serviço, o período passado, com aproveitamento, no curso de formação de oficiais veterinários daquela Escola.

A justificação do projeto foi amplamente corroborada pelas informações dos avisos ministeriais.

Quanto ao disposto no artigo segundo, constatado o critério que tem sido invariavelmente adotado para os oficiais do serviço de Saúde, julga a Comissão ser medida de equidade a sua aprovação.

Pelo exposto, a Comissão de Forças Armadas, reexaminando o projeto de

referência, não encontra fundamentos para modificar a sua decisão de 4 de julho último opinando, conseqüentemente, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1951. — *Pinto Aleixo*, Presidente e Relator. — *Vergniaud Wanderley*. — *Sylvio Curvo*. — *Magalhães Barata*. — *Onofre Gomes*.

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 7, de 1951

*Dispõe sobre a contagem de tempo de Escola dos alunos da E. V. E. — Curso de formação de Oficiais Veterinários.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Aos Oficiais Veterinários que cursarem a Escola de Veterinária do Exército como alunos civis é computado como *tempo de efetivo serviço* o período passado, com aproveitamento, no curso de formação de oficiais veterinários daquela Escola.

Parágrafo único. O tempo de serviço a que se refere o artigo supra é contado a partir da data da matrícula na respectiva Escola.

Art. 2.º Os Oficiais Veterinários do Exército, diplomados em veterinária, por Escolas civis, contarão unicamente e para efeito de transferência para a reserva ou reforma, em cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço, 1 (um) ano do seu respectivo curso, feito com aproveitamento naquelas Escolas Superiores.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

### *Justificativa*

Os Oficiais Veterinários matriculados na Escola de Veterinária do Exército, na vigência dos regulamentos de ns. 34 a 66, Decretos-leis de números 15.229 e 19.555, publicados nos Boletins do Exército de ns. 429 de 10 de janeiro de 1922 e dito número 592, de 20 de abril de 1930, fizeram seus respectivos cursos de Formação de Oficial, sujeitos inteiramente ao regime militar (fardamento, escalas de serviço, instrução militar, ordem unida, equitação topográfica, etc.) tudo isso durante 3 ou 4 anos, conforme se considerem o regulamento de número 34 ou de número 66. Após todo esse tempo de regime absolutamente militar, os alunos civis não contam aquele período do Curso, como seus colegas militares daquela Escola.

Acresce anotar que estes, os militares (tenentes comissionados, sargentos, cabos e soldados), recebiam como de direito os vencimentos relativos a seus postos e graduações, contando período escolar como tempo de efetivo serviço. Aos cabos e soldados ainda era distribuído o fardamento para seu uso, na conformidade das Instruções em vigor.

Os civis, além de não receberem nenhum vencimento dos cofres pú-

blicos e não contarem o período passado como alunos da E. V. E., ainda adquiriam, às suas expensas, o uniforme que se tornou obrigatório naquela Escola, por imperativo da instrução militar que recebiam.

Assim é de inteira justiça que os alunos civis de que trata o art. 1.º da presente lei contem, como *de efetivo serviço*, o período durante o qual cursaram a respectiva Escola, uma vez que estiveram sujeitos a um regime totalmente militar.

Quanto aos demais Oficiais Veterinários, recrutados de maneira análoga aos Oficiais Médicos, a situação que se pleiteia para eles constitui, também, medida de inteira justiça, uma vez que tal critério já é adotado para os oficiais do Serviço de Saúde, não sendo, evidentemente, equitativo que se excluam desse dispositivo legal Oficiais de outros Serviços, possuidores, também, do Curso Superior e recrutados de maneira idêntica.

Sala das Sessões, 9 de janeiro de 1951. — *Braga Pinheiro*.

*Projeto publicado no D. C. N. de 10-1-51; Parecer no D. C. N. de 22 de setembro de 1951.*



## SENADO FEDERAL

### PARECER

N.º 888, de 1951

*Da Comissão de Forças Armadas,  
sobre o Projeto de Lei do Senado  
n.º 7, de 1951.*

Relator: Sr. Pinto Aleixo.

Retorna a esta Comissão o presente projeto de lei, objeto de deliberação da sessão de 4 de julho próximo passado.

Acompanha-o o aviso n.º 550 do Ministério da Guerra, datado de 22 de agosto último, razão da retirada do projeto da ordem do dia da sessão de 4 de setembro, por deliberação da Mesa do Senado, a fim de ser novamente ouvida a Comissão de Forças Armadas.

Dos estudos feitos anteriormente, inclusive pela Comissão de Constituição e Justiça, que pediu audiência do Ministério da Guerra, no que foi atendida em aviso 337, de 10 de maio do corrente ano, resultou a conclusão de ser inteiramente justo mandar a lei que, aos oficiais veterinários, que cursaram a Escola de Veterinária do Exército como alunos civis, seja computado como tempo de efetivo serviço, o período passado, com aproveitamento, no curso de formação de oficiais veterinários daquela Escola.

A justificação do projeto foi amplamente corroborada pelas informações dos avisos ministeriais.

Quanto ao disposto no artigo segundo, constatado o critério que tem sido invariavelmente adotado para os oficiais do serviço de Saúde, julga a Comissão ser medida de equidade a sua aprovação.

Pelo exposto, a Comissão de Forças Armadas, reexaminando o projeto de

referência, não encontra fundamentos para modificar a sua decisão de 4 de julho último opinando, conseqüentemente, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1951. — *Pinto Aleixo*, Presidente e Relator. — *Vergniaud Wanderley*. — *Sylvio Curvo*. — *Magalhães Barata*. — *Onofre Gomes*.

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 7, de 1951

*Dispõe sobre a contagem de tempo de Escola dos alunos da E. V. E. — Curso de formação de Oficiais Veterinários.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Aos Oficiais Veterinários que cursarem a Escola de Veterinária do Exército como alunos civis é computado como *tempo de efetivo serviço* o período passado, com aproveitamento, no curso de formação de oficiais veterinários daquela Escola.

Parágrafo único. O tempo de serviço a que se refere o artigo supra é contado a partir da data da matrícula na respectiva Escola.

Art. 2.º Os Oficiais Veterinários do Exército, diplomados em veterinária, por Escolas civis, contarão unicamente e para efeito de transferência para a reserva ou reforma, em cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço, 1 (um) ano do seu respectivo curso, feito com aproveitamento naquelas Escolas Superiores.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

### *Justificativa*

Os Officiais Veterinários matriculados na Escola de Veterinária do Exército, na vigência dos regulamentos de ns. 34 a 66, Decretos-leis de números 15.229 e 19.555, publicados nos Boletins do Exército de ns. 429 de 10 de janeiro de 1922 e dito número 592, de 20 de abril de 1930, fizeram seus respectivos cursos de Formação de Oficial, sujeitos inteiramente ao regime militar (fardamento, escalas de serviço, instrução militar, ordem unida, equitação topográfica, etc.) tudo isso durante 3 ou 4 anos, conforme se considerem o regulamento de número 34 ou de número 66. Após todo esse tempo de regime absolutamente militar, os alunos civis não contam aquêle período do Curso, como seus colegas militares daquela Escola.

Acrêsce anotar que êstes, os militares (tenentes comissionados, sargentos, cabos e soldados), recebiam como de direito os vencimentos relativos a seus postos e graduações, contando período escolar como tempo de efetivo serviço. Aos cabos e soldados ainda era distribuído o fardamento para seu uso, na conformidade das Instruções em vigor.

Os civis, além de não receberem nenhum vencimento dos cofres pú-

blicos e não contarem o período passado como alunos da E. V. E., ainda adquiriam, às suas expensas, o uniforme que se tornou obrigatório naquela Escola, por imperativo da instrução militar que recebiam.

Assim é de inteira justiça que os alunos civis de que trata o art. 1.º da presente lei contem, como *de efetivo serviço*, o período durante o qual cursaram a respectiva Escola, uma vez que estiveram sujeitos a um regime totalmente militar.

Quanto aos demais Officiais Veterinários, recrutados de maneira análoga aos Officiais Médicos, a situação que se pleiteia para êles constitui, também, medida de inteira justiça, uma vez que tal critério já é adotado para os officiais do Serviço de Saúde, não sendo, evidentemente, equitativo que se excluam dêsse dispositivo legal Officiais de outros Serviços, possuidores, também, do Curso Superior e recrutados de maneira idêntica.

Sala das Sessões, 9 de janeiro de 1951. — *Braga Pinheiro*.

*Projeto publicado no D. C. N. de 10-1-51; Parecer no D. C. N. de 22 de setembro de 1951.*



## SENADO FEDERAL

### PARECER

N.º 1.006, de 1951

Da Comissão de Redação de Leis

*Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1951.*

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do projeto de lei n.º 7, de 1951, de iniciativa do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de outubro de 1951. — *Clodomir Cardoso*, Presidente. — *Antônio Bayma*, Relator. — *Costa Pereira*. — *Cícero de Vasconcelos*.

ANEXO AO PARECER N.º 1.006, DE 1951

*Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1951.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Aos oficiais veterinários que outrora, na qualidade de alunos

civis, seguiram com aproveitamento o curso de formação de oficiais veterinários da Escola de Veterinária do Exército, é computado como tempo de efetivo serviço esse período de estudo que deverá contar-se a partir da data da matrícula.

Art. 2.º Os oficiais veterinários do Exército diplomados em Veterinária por escolas civis, quando transferidos para a reserva ou reformados, contarão um ano de curso feito com aproveitamento nessas escolas em cada cinco anos do respectivo tempo de serviço efetivo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

*Parecer publicado no "Diário do Congresso Nacional" de 12 de outubro de 1951.*



## SENADO FEDERAL

### PARECER

N.º 1.006, de 1951

Da Comissão de Redação de Leis

*Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1951.*

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do projeto de lei n.º 7, de 1951, de iniciativa do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de outubro de 1951. — *Clodomir Cardoso*, Presidente. — *Antônio Bayma*, Relator. — *Costa Pereira*. — *Cícero de Vasconcelos*.

ANEXO AO PARECER N.º 1.006, DE 1951

*Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1951.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Aos oficiais veterinários que outrora, na qualidade de alunos

civis, seguiram com aproveitamento o curso de formação de oficiais veterinários da Escola de Veterinária do Exército, é computado como tempo de efetivo serviço esse período de estudo que deverá contar-se a partir da data da matrícula.

Art. 2.º Os oficiais veterinários do Exército diplomados em Veterinária por escolas civis, quando transferidos para a reserva ou reformados, contarão um ano de curso feito com aproveitamento nessas escolas em cada cinco anos do respectivo tempo de serviço efetivo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

*Parecer publicado no "Diário do Congresso Nacional" de 12 de outubro de 1951.*



## SENADO FEDERAL

### PARECER

N.º 761, de 1951

*Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre emenda ao Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1951.*

Relator: Sr. Camilo Márcio.

Opinamos pela rejeição da emenda do nobre Senador Mozart Lago.

O ofício do Ministério da Guerra esclarece devidamente a matéria, não deixando dúvidas quanto a utilidade do projeto tal como se acha elaborado.

Sala Ruy Barbosa, 1.º de agosto de 1951. — *Dario Cardoso*, Presidente. — *Camilo Márcio*, Relator. — *Atílio Vivacqua*. — *Vergniaud Wanderley*. — *Anisto Jabim*. — *Ivo d'Aquino*.

#### COMUNICAÇÃO

*Das Forças Armadas sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1951.*

Tendo comparecido à reunião da Comissão o Sr. Senador Mozart Lago, declarando retirar a emenda que apresentara, a Comissão de Forças Armadas se abstém de examiná-la, devolvendo o Projeto.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1951. — *Pinto Aleixo*, Presidente.

EMENDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 7, DE 1951

Art. 1.º — Redija-se assim:

"Aos oficiais veterinários é computado, para efeitos de transferência para a reserva ou reforma, o período correspondente ao respectivo curso, na escola de veterinária, civil ou militar, em que se diplomou".

Parágrafo único — Conserve-se como está.

Art. 2.º — Suprima-se.

#### Justificação

O projeto, tal como está formulado, estabelece privilégio entre os oficiais veterinários, em favor dos diplomados pela Escola de Veterinária do Exército, colocando em situação de desigualdade os diplomados pelas escolas civis.

Não vejo como justificar essa distinção, uma vez que o título tanto de uns como de outros é da mesma natureza — de veterinário — e os seus portadores constituem, no Exército, uma só especialidade.

O privilégio que o projeto estabelece choca-se com o mandamento constitucional da igualdade de direito perante a lei.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1951. — *Mozart Lago*.

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 7, de 1951

*Dispõe sobre a contagem de tempo de Escola dos alunos da E. V. E. — Curso de formação de Oficiais Veterinários.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Aos Oficiais Veterinários que cursarem a Escola de Veterinária do Exército como alunos civis é computado como *tempo de efetivo serviço* o período passado, com aproveitamento no curso de formação de oficiais veterinários daquela Escola.

Parágrafo único. — O tempo de serviço a que se refere o artigo supra, é contado a partir da data da matrícula na respectiva Escola.

Art. 2.º — Os Oficiais Veterinários do Exército diplomados em veterinária, por Escolas civis, contarão unicamente e para efeito de transferência para a reserva ou reforma, em cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço, 1 (um) ano do seu respectivo curso, feito com aproveitamento, naquelas Escolas Superiores.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

#### *Justificativa*

Os Oficiais Veterinários matriculados na Escola de Veterinária do Exército, na vigência dos regulamentos de ns. 34 a 66 Decretos-leis de números 15.229 e 19-555, publicados nos Boletins do Exército de ns. 429 de 10 de janeiro de 1922 e dito n.º 592, de 20 de abril de 1930, fizeram seus respectivos cursos de Formação de Oficial, sujeitos inteiramente ao regime militar (fardamento, escalas de serviço, instrução militar, ordem unida, equitação, topografia, etc.) tudo isso durante 3 ou 4 anos, conforme se considerem o regulamento de número 34 ou de n.º 66. Após todo esse tempo de regime absolutamente militar, os alunos civis não contam aquele período do Curso, como seus colegas militares daquela Escola.

Acresce anotar que estes, os militares (tenentes comissionados, sargentos, cabos e soldados), recebiam como de direito, os vencimentos relativos a seus postos e graduações,

contando período escolar como tempo de efetivo serviço. Aos cabos e soldados ainda era distribuído o fardamento para seu uso, na conformidade das Instruções em vigor.

Os civis, além de não receberem nenhum vencimento dos cofres públicos e não contarem o período passado como alunos da E. V. E., ainda adquiriam, às suas expensas, o uniforme que se tornou obrigatório naquela Escola, por imperativo da instrução militar que recebiam.

Assim é de inteira justiça que os alunos civis de que trata o art. 1.º da presente lei contem, como de efetivo serviço, o período durante o qual cursaram a respectiva Escola, uma vez que estiveram sujeitos a um regime totalmente militar.

Quanto aos demais Oficiais Veterinários, recrutados de maneira análoga aos Oficiais Médicos a situação que se pleiteia para eles constitui, também, medida de inteira justiça, uma vez que tal critério já é adotado para os Oficiais do Serviço de Saúde, não sendo, evidentemente, equitativo que se excluam dêsse dispositivo legal Oficiais de outros Serviços, possuidores, também de Curso Superior e recrutados de maneira idêntica.

Sala das Sessões, 9 de janeiro de 1951. — *Braga Pinheiro*.

*Emenda publicada no "Diário do Congresso Nacional" de 18 de julho de 1951.*

*Projeto publicado no D. C. N. de 10-1-51; pareceres no D. C. N. de 28-8-51.*



## SENADO FEDERAL

### PARECER

N.º 761, de 1951

*Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre emenda ao Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1951.*

Relator: Sr. Camilo Mércio.

Opinamos pela rejeição da emenda do nobre Senador Mozart Lago.

O ofício do Ministério da Guerra esclarece devidamente a matéria, não deixando dúvidas quanto a utilidade do projeto tal como se acha elaborado.

Sala Ruy Barbosa, 1.º de agosto de 1951. — *Dario Cardoso*, Presidente. — *Camilo Mércio*, Relator. — *Atílio Vivacqua*. — *Vergniaud Wanderley*. — *Anísio Jabim*. — *Ivo d'Aquino*.

#### COMUNICAÇÃO

*Das Forças Armadas sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1951.*

Tendo comparecido à reunião da Comissão o Sr. Senador Mozart Lago, declarando retirar a emenda que apresentara, a Comissão de Forças Armadas se abstém de examiná-la, devolvendo o Projeto.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1951. — *Pinto Aleixo*, Presidente.

#### EMENDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 7, DE 1951

Art. 1.º — Redija-se assim:

"Aos oficiais veterinários é computado, para efeitos de transferência para a reserva ou reforma, o período correspondente ao respectivo curso, na escola de veterinária, civil ou militar, em que se diplomou".

Parágrafo único — Conserve-se como está.

Art. 2.º — Suprima-se.

#### Justificação

O projeto, tal como está formulado, estabelece privilégio entre os oficiais veterinários, em favor dos diplomados pela Escola de Veterinária do Exército, colocando em situação de desigualdade os diplomados pelas escolas civis.

Não vejo como justificar essa distinção, uma vez que o título tanto de uns como de outros é da mesma natureza — de veterinário — e os seus portadores constituem, no Exército, uma só especialidade.

O privilégio que o projeto estabelece choca-se com o mandamento constitucional da igualdade de direito perante a lei.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1951. — *Mozart Lago*.

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 7, de 1951

*Dispõe sobre a contagem de tempo de Escola dos alunos da E. V. E. — Curso de formação de Oficiais Veterinários.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Aos Oficiais Veterinários que cursarem a Escola de Veterinária do Exército como alunos civis é computado como *tempo de efetivo serviço* o período passado, com aproveitamento no curso de formação de oficiais veterinários daquela Escola.

Parágrafo único. — O tempo de serviço a que se refere o artigo supra, é contado a partir da data da matrícula na respectiva Escola.

Art. 2.º — Os Oficiais Veterinários do Exército diplomados em veterinária, por Escolas civis, contarão unicamente e para efeito de transferência para a reserva ou reforma, em cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço, 1 (um) ano do seu respectivo curso, feito com aproveitamento, naquelas Escolas Superiores.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

#### *Justificativa*

Os Oficiais Veterinários matriculados na Escola de Veterinária do Exército, na vigência dos regulamentos de ns. 34 a 66 Decretos-leis de números 15.229 e 19-555, publicados nos Boletins do Exército de ns. 429 de 10 de janeiro de 1922 e dito n.º 592, de 20 de abril de 1930, fizeram seus respectivos cursos de Formação de Oficial, sujeitos inteiramente ao regime militar (fardamento, escalas de serviço, instrução militar, ordem unida, equitação, topografia, etc.) tudo isso durante 3 ou 4 anos, conforme se considerem o regulamento de número 34 ou de n.º 66. Após todo esse tempo de regime absolutamente militar, os alunos civis não contam aquele período do Curso, como seus colegas militares daquela Escola.

Acresce anotar que estes, os militares (tenentes comissionados, sargentos, cabos e soldados), recebiam como de direito, os vencimentos relativos a seus postos e graduações,

contando período escolar como tempo de efetivo serviço. Aos cabos e soldados ainda era distribuído o fardamento para seu uso, na conformidade das Instruções em vigor.

Os civis, além de não receberem nenhum vencimento dos cofres públicos e não contarem o período passado como alunos da E. V. E., ainda adquiriam, às suas expensas, o uniforme que se tornou obrigatório naquela Escola, por imperativo da instrução militar que recebiam.

Assim é de inteira justiça que os alunos civis de que trata o art. 1.º da presente lei contem, como de efetivo serviço, o período durante o qual cursaram a respectiva Escola, uma vez que estiveram sujeitos a um regime totalmente militar.

Quanto aos demais Oficiais Veterinários, recrutados de maneira análoga aos Oficiais Médicos a situação que se pleiteia para eles constitui, também, medida de inteira justiça, uma vez que tal critério já é adotado para os Oficiais do Serviço de Saúde, não sendo, evidentemente, equitativo que se excluam desse dispositivo legal Oficiais de outros Serviços, possuidores, também de Curso Superior e recrutados de maneira idêntica.

Sala das Sessões, 9 de janeiro de 1951. — *Braga Pinheiro*.

*Emenda publicada no "Diário do Congresso Nacional" de 18 de julho de 1951.*

*Projeto publicado no D. C. N. de 10-1-51; pareceres no D. C. N. de 28-8-51.*

Caixa: 57

Lote: 29  
PL N.º 1308/1951

11



## SENADO FEDERAL

### PARECER

N.º 546, de 1951

*Da Comissão de Forças Armadas — sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1951.*

Relator: Sr. Roberto Glasser:

O projeto originário do Senado, sob o n.º 7, de 1951, tem por objetivo dar aos oficiais veterinários, que cursaram a Escola de Veterinários do Exército, como alunos civis, o direito de computar, como tempo de efetivo serviço, o período passado, com aproveitamento, no curso de formação de oficiais veterinários daquela Escola. O projeto diz que o tempo de serviço deve ser contado a partir da data da matrícula na respectiva Escola.

A Comissão de Justiça ouviu o Sr. Ministro da Guerra a respeito do conteúdo do projeto em discussão e sua Ex.<sup>a</sup> opinou favoravelmente de cujo elevado documento, transcrevemos a seguinte conclusão:

“Do exposto, este Ministério é de parecer que o Projeto de Lei, ora submetido ao mesmo, para audiência, virá aclarar, aos alunos civis que tiraram o curso, em igualdade de deveres com os militares e, com maiores ônus, uma justa solução às suas aspirações profissionais e, ao Exército, a regulamentação da matéria, que é de todo seu interesse”.

Em face das informações tão lucidas, do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, somos de parecer que o projeto está em condições de ser aprovado.

Sala das Comissões, em 4 de julho de 1951 — *Pinto Aleixo*, Presidente — *Roberto Glasser*, Relator. — *Onofre Gomes* — *Magalhães Barata* — *Silvio Curvo*.

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 7, de 1951

*Dispõe sobre a contagem de tempo de Escola dos alunos da E. V. E. — Curso de formação de Oficiais Veterinários.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Aos Oficiais Veterinários que cursarem a Escola de Veterinária do Exército como alunos civis é computado como *tempo de efetivo serviço* o período passado, com aproveitamento no curso de formação de oficiais veterinários daquela Escola.

Parágrafo único. O tempo de serviço a que se refere o artigo supra é contado a partir da data da matrícula na respectiva Escola.

Art. 2.º Os Oficiais Veterinários do Exército diplomados em veterinária por Escolas civis, contarão unicamente e para efeito de transferência para a reserva ou reforma em cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço, 1 (um) ano do seu respectivo curso, feito com aproveitamento naquelas Escolas Superiores.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

#### *Justificativa*

Os Oficiais Veterinários matriculados na Escola de Veterinária do Exército, na vigência dos regulamentos de ns. 34 a 66 Decretos-leis de números 15.229 e 19.555, publicados nos Boletins do Exército de ns. 429 de 10 de janeiro de 1922 e dito n.º 592 de 20 de abril de 1930 fizeram seus respectivos cursos de Formação de

Oficial sujeitos inteiramente ao regime militar (fardamento, escalas de serviço instrução militar, ordem unida, equitação, topografia, etc.) tudo isso durante 3 ou 4 anos conforme se considere o regulamento de número 34 ou de n.º 56. Após todo esse tempo de regime absolutamente militar, os alunos civis não contam aquele período do Curso, como seus colegas militares daquela Escola.

Acresce anotar que estes os militares (tenentes comissionados, sargentos, cabos e soldados), recebiam como de direito os vencimentos relativos a seus postos e graduações, contando período escolar como tempo de efetivo serviço. Aos cabos e soldados ainda era distribuído o fardamento para seu uso na conformidade das Instruções em vigor.

Os civis, além de não receberem nenhum vencimento dos cofres públicos e não contarem o período passado como alunos da E. V. E. ainda adquiriam as suas expensas, o uniforme que se tornou obrigatório na-

quela Escola, por imperativo da instrução militar que recebiam.

Assim é de inteira justiça que os alunos civis de que trata o art. 1.º da presente lei contem como de *efetivo serviço* o período durante o qual cursaram a respectiva Escola, uma vez que estiveram sujeitos a um regime totalmente militar.

Quanto aos demais Oficiais Veterinários, recrutado de maneira análoga aos Oficiais Médicos a situação que se pleiteia para eles constitui, também, medida de inteira justiça uma vez que tal critério já é adotado para os Oficiais do Serviço de Saúde, não sendo evidentemente, equitativo que se excluam desse dispositivo legal Oficiais de outros Serviços, possuidores também de Curso Superior e recrutados de maneira idêntica.

Sala das Sessões, 9 de janeiro de 1951. — *Braga Pinheiro*.

*Projeto publicado no "Diário do Congresso Nacional de 10 de janeiro de 1951; Parecer no D. C. N. de 7 de julho de 1951.*



## SENADO FEDERAL

### PARECER

N.º 546, de 1951

*Da Comissão de Forças Armadas — sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1951.*

Relator: Sr. Roberto Glasser:

O projeto originário do Senado, sob o n.º 7, de 1951, tem por objetivo dar aos oficiais veterinários, que cursaram a Escola de Veterinários do Exército, como alunos civis, o direito de computar, como tempo de efetivo serviço, o período passado, com aproveitamento, no curso de formação de oficiais veterinários daquela Escola. O projeto diz que o tempo de serviço deve ser contado a partir da data da matrícula na respectiva Escola.

A Comissão de Justiça ouviu o Sr. Ministro da Guerra a respeito do conteúdo do projeto em discussão e sua Ex.<sup>a</sup> opinou favoravelmente de cujo elevado documento, transcrevemos a seguinte conclusão:

“Do exposto, este Ministério é de parecer que o Projeto de Lei, ora submetido ao mesmo, para audiência, virá aclarar, aos alunos civis que tiraram o curso em igualdade de deveres com os militares e, com maiores ônus, uma justa solução às suas aspirações profissionais e, ao Exército, a regulamentação da matéria, que é de todo seu interesse”.

Em face das informações tão lucidas, do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, somos de parecer que o projeto está em condições de ser aprovado.

Sala das Comissões, em 4 de julho de 1951 — *Pinto Aleixo*, Presidente — *Roberto Glasser*, Relator. — *Onofre Gomes* — *Magalhães Barata* — *Silvio Curvo*.

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 7, de 1951

*Dispõe sobre a contagem de tempo de Escola dos alunos da E. V. E. — Curso de formação de Oficiais Veterinários.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Aos Oficiais Veterinários que cursarem a Escola de Veterinária do Exército como alunos civis é computado como tempo de efetivo serviço o período passado, com aproveitamento no curso de formação de oficiais veterinários daquela Escola.

Parágrafo único. O tempo de serviço a que se refere o artigo supra é contado a partir da data da matrícula na respectiva Escola.

Art. 2.º Os Oficiais Veterinários do Exército diplomados em veterinária por Escolas civis, contarão unicamente e para efeito de transferência para a reserva ou reforma em cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço, 1 (um) ano do seu respectivo curso, feito com aproveitamento naquelas Escolas Superiores.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

#### *Justificativa*

Os Oficiais Veterinários matriculados na Escola de Veterinária do Exército, na vigência dos regulamentos de ns. 34 a 66 Decretos-leis de números 15.229 e 19.555, publicados nos Boletins do Exército de ns. 429 de 10 de janeiro de 1922 e dito n.º 592 de 20 de abril de 1930 fizeram seus respectivos cursos de Formação de

Oficial sujeitos inteiramente ao regime militar (fardamento, escalas de serviço, instrução militar, ordem unida, equitação, topografia, etc.) tudo isso durante 3 ou 4 anos conforme se considere o regulamento de número 34 ou de n.º 66. Após todo esse tempo de regime absolutamente militar, os alunos civis não contam aquele período do Curso, como seus colegas militares daquela Escola.

Acresce anotar que estes os militares (tenentes comissionados, sargentos, cabos e soldados), recebiam como de direito os vencimentos relativos a seus postos e graduações, contando período escolar como tempo de efetivo serviço. Aos cabos e soldados ainda era distribuído o fardamento para seu uso na conformidade das Instruções em vigor.

Os civis, além de não receberem nenhum vencimento dos cofres públicos e não contarem o período passado como alunos da E. V. E. ainda adquiriam as suas expensas, o uniforme que se tornou obrigatório na-

quela Escola, por imperativo da instrução militar que recebiam.

Assim é de inteira justiça que os alunos civis de que trata o art. 1.º da presente lei contem como de *efetivo serviço* o período durante o qual cursaram a respectiva Escola, uma vez que estiveram sujeitos a um regime totalmente militar.

Quanto aos demais Oficiais Veterinários, recrutado de maneira análoga aos Oficiais Médicos a situação que se pleiteia para eles constitui, também, medida de inteira justiça uma vez que tal critério já é adotado para os Oficiais do Serviço de Saúde, não sendo evidentemente, equitativo que se excluam desse dispositivo legal Oficiais de outros Serviços, possuidores também de Curso Superior e recrutados de maneira idêntica.

Sala das Sessões, 9 de janeiro de 1951. — *Braga Pinheiro*.

*Projeto publicado no "Diário do Congresso Nacional de 10 de janeiro de 1951; Parecer no D. C. N. de 7 de julho de 1951.*



## SENADO FEDERAL

### PARECERES

Ns. 422 e 423, de 1951

N.º 422, de 1951

*Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1951.*

Relator: Sr. Camilo Mércio.

Sobre o projeto em exame, da autoria do ex-Senador Braga Pinheiro, opinamos no sentido de que seja previamente ouvido o Sr. Ministro da Guerra.

Sala Rui Barbosa, em 11 de abril de 1951. — *Dário Cardoso*, Presidente. — *Camilo Mércio*, Relator. — *Gomes de Oliveira*. — *Olavo Oliveira*. — *Ivo d'Aquino*. — *Vergniaud Wanderley*. — *Anísio Jobim*.

N.º 423, de 1951

*Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1951.*

Relator: Sr. Camilo Mércio.

Com o ofício abaixo transcrito é respondida, pelo Ministro da Guerra, a solicitação de audiência, à Seção competente daquele órgão, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1951, que dispõe sobre a contagem de tempo escolar dos alunos da Escola de Veterinária do Exército.

"Após o estudo da matéria pelo órgão competente deste Ministério, restituo a Vossa Excelência o referido projeto e informo:

A — Na vigência do Regulamento de 1921, da Escola de Veterinária, do Exército:

a) a Escola diplomava em medicina veterinária os seus alunos (art. 98);

b) somente com a nomeação de Aspirante a Oficial Veterinário, seguida obrigatoriamente do Estágio de seis meses em corpo de tropa, — é que os civis diplomados pela Escola de Veterinária do Exército ingressavam no Exército ativo ou na sua Reserva;

c) muito embora os civis alunos fossem obrigados a cumprir todos os deveres impostos pelo currículo e pelo Regulamento da Escola, nas mesmas condições que seus colegas militares, inclusive concorrer às escalas de serviço e submeter-se a todas as prescrições do Regulamento Disciplinar do Exército, conforme consta do Encaminhamento n.º 77-D3A-O, de 10 de maio de 1947, do Exmo. Sr. General Diretor de Remonta e Veterinária do Exército, eram tidos e havidos como civis por força dos arts. 99 e 102 do Regulamento;

d) os civis alunos não contam, consequentemente, como tempo de serviço, o que é feito pelos seus colegas de turmas que já eram praças, o período que passaram como alunos na Escola de Formação de Oficiais que era a Escola de Veterinária do Exército.

O regulamento aprovado pelo Decreto n.º 19.155, de 3 de abril de 1930, extinguiu o "Curso de Formação de Oficiais" e criou o de "Aplicação", — só para alunos já diplomados. Os alunos matriculados neste curso são declarados Aspirantes a Oficial Veterinário estagiários, e, desde que o concluem com aproveitamento, contam como tempo de efetivo serviço, — o passado como aluno da Escola.

Posteriormente, novo Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 592, de 16 de janeiro de 1936, restabeleceu na Escola Veterinária do Exército o "Curso de Formação de Médicos Veterinários" com a duração de 4 anos, isto é, voltou a diplomar seus alunos civis em uma "escola militar" de formação de oficiais, nas mesmas condições do Regulamento de 1921, agora com a agravante, de não mais distingui-los para a aplicação de penas disciplinares, de seus colegas de turma já praças.

Hoje em dia, a Escola mantém ainda o curso de Formação de Oficiais Veterinários, de acordo com o Regulamento aprovado pelo Decreto número 6.067, de 2 de agosto de 1940; exige, porém, aos candidatos à matrícula, serem diplomados em medicina-veterinária por escola oficial ou reconhecida oficialmente.

A Lei de Inatividade dos Militares tanto a Regulamentada em 1938 como a de 1941, ao tratar do cômputo de tempo de serviço, declaram que será contado o passado como aluno nas Escolas Militares, com aproveitamento (art. 25, Decreto-lei n.º 197, de 22 de janeiro de 1938 e arts. 83 e 92 do Decreto-lei n.º 3.940, de 16 de dezembro de 1941).

Ressalta, entretanto, a Lei de Inatividade de 1941, que não será computado como tempo de serviço, o "decorrido como civil" quando aluno de qualquer escola militar.

Como se vê, muito embora a Escola de Veterinária do Exército seja uma "escola militar" para formação de oficiais veterinários, (art. 20, Decreto-lei n.º 432, de 19 de maio de 1938, que regula o Ensino Militar do Exército), a Lei de Inatividade de 1941 não modificou a situação destacada na letra d do item II do presente parecer, por força ainda dos arts. 99 e 102 do Regulamento de 1921 da Escola, continuando os civis que foram alunos, sem poder contar o tempo que passaram o curso, ainda em desigualdade com seus colegas que eram praças.

O Estatuto dos Militares baixado pelo Decreto-lei n.º 9.698, de 2 de setembro de 1946, alterou entretanto o critério para o cômputo do tempo de serviço dos militares, particularmente no que interessa ao caso presente, como se depreende dos artigos abaixo transcritos;

"Art. 97 — A partir da data da incorporação, a qualquer órgão do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, os militares começam a contar tempo de serviço nas Forças Armadas.

§ 1.º — Na apuração do tempo de serviço dos militares, são usadas as seguintes expressões:

- a) tempo de efetivo serviço;
- b) anos de serviço.

§ 2.º — Essas expressões são definidas do seguinte modo:

a) *tempo de efetivo serviço*: espaço de tempo, contado dia a dia, entre a data inicial de praça e a data do licenciamento, da transferência para a Reserva ou da Reforma. Na apuração do tempo de efetivo serviço, são deduzidos os períodos não computáveis e desprezados os acréscimos previstos na legislação vigente no Exército, na Marinha e na Aeronáutica, exceto o tempo dobrado de serviço em campanha, que é considerado serviço efetivo;

b) *anos de serviço* (computáveis para fins de inatividade): — soma dos tempos de efetivo serviço (alínea anterior, inclusive tempo dobrado de campanha) e dos acréscimos legais (guarnições especiais, curso de Colégio Militar, licença especial, serviço público, *Curso Acadêmico* e arredondamento para ano de fração maior de seis meses).

"Art. 100 — Os casos de perdas e acréscimos de tempo de serviço são especificados nas leis, regulamentos e instruções em vigor no Exército, na Marinha e na Aeronáutica".

Conclui-se da leitura desses artigos:

a) que o tempo de curso dos alunos civis da Escola de Veterinária do Exército pode ser computado como de efetivo serviço, desde a data da matrícula na Escola, se se interpretar o ato de *matricula*, como sendo o de incorporações, usado na Lei (art. 97);

b) que esse mesmo tempo poderá ser computado como "anos de serviços", isto é, somente para fins de inatividade como acréscimo legal, se o considerarmos como *curso Acadêmico* (letra h do art. 97);

c) que há dúvidas conseqüentemente sobre se e como deve ser considerado o tempo passado pelos alunos que fizeram o curso da Escola Veterinária do Exército como civis, na vigência dos Regulamentos aprovados pelo Decreto n.º 15.229, de 10 de janeiro de 1922 e 592, de 16 de janeiro de

1936, particularmente porque, a lei anterior sobre o assunto, Lei de Inatividade dos Militares de 1941 (Decreto-lei n.º 3.940, de 16 de dezembro de 1941), era absolutamente clara, mandando não computar esse tempo como de serviço.

Do exposto, este Ministério é de parecer que o Projeto de Lei, ora submetido ao mesmo, para audiência, virá aclarar, em definitivo, a legislação sobre o assunto e proporcionará, aos alunos civis que tiraram o curso em igualdade de deveres com os militares e com maiores onus, uma justa solução às suas aspirações profissionais e, ao Exército, a regulamentação da matéria, que é de todo seu interesse".

Como pelas conclusões se verifica, o projeto em exame será de todo útil, por ser justo vindo ainda a esclarecer a legislação sobre a matéria.

Nada temos a opôr quanto à sua constitucionalidade.

Sala Ruy Barbosa, em 4 de junho de 1951. — *Dario Cardoso*, Presidente. — *Camilo Mécio*, Relator. — *Anísio Jobim*. — *Clodomir Cardoso*. — *Attilio Vivacqua*. — *Veronaud Wanderley*. — *Aloysio de Carvalho*.

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 7, de 1951

*Dispõe sobre a contagem de tempo de Escola dos alunos da E. V. E. — Curso de formação de Oficiais Veterinários.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Aos Oficiais Veterinários que cursarem a Escola de Veterinária do Exército como alunos civis, é computado, como tempo de efetivo serviço, o período passado, com aproveitamento, no curso de formação de oficiais veterinários daquela Escola.

Parágrafo único. O tempo de serviço a que se refere o artigo supra é contado a partir da data da matrícula na respectiva Escola.

Art. 2.º Os Oficiais Veterinários do Exército, diplomados em veterinária, por Escolas civis, contarão unicamente e para efeito de trans-

ferência para a reserva ou reforma, em cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço, 1 (um) ano do seu respectivo curso, feito com aproveitamento, naquelas Escolas Superiores.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificativa

Os Oficiais Veterinários matriculados na Escola de Veterinária do Exército, na vigência dos regulamentos de ns. 34 a 66 Decretos-leis de números 15.229 e 19.555, publicados nos Boletins do Exército de ns. 429, de 10 de janeiro de 1922 e dito n.º 592, de 20 de abril de 1930, fizeram seus respectivos cursos de Formação de Oficial, sujeitos inteiramente ao regime militar (fardamento, escalas de serviço, instrução militar, ordem unida, equitação, topografia, etc.) tudo isso durante 3 ou 4 anos, conforme se considerem o regulamento de número 34 ou de n.º 66. Após todo esse tempo de regime absolutamente militar, os alunos civis não contam aquele período do Curso, como seus colegas militares daquela Escola.

Acresce anotar que estes, os militares (tenentes, comissionados, sargentos, cabos e soldados) recebiam como de direito os vencimentos relativos a seus postos e graduações, contando período escolar como tempo de efetivo serviço. Aos cabos e soldados ainda era distribuído o fardamento para seu uso, na conformidade das Instruções em vigor.

Os civis, além de não receberem nenhum vencimento dos cofres públicos e não contarem o período passado como alunos da E. V. E., ainda adquiriam, às suas expensas, o uniforme que se tornou obrigatório naquela Escola, por imperativo da instrução militar que recebiam.

Assim, é de inteira justiça que os alunos civis, de que trata o art. 1.º da presente lei, contem, como de efetivo serviço, o período durante o qual cursaram a respectiva Escola, uma vez que estiveram sujeitos a um regime totalmente militar.

Quanto aos demais Oficiais Veterinários, recrutados de maneira análoga aos Oficiais Médicos, a situação

que se pleiteia para eles constitui, também, medida de inteira justiça, uma vez que tal critério já é adotado para os Oficiais do Serviço de Saúde, não sendo, evidentemente, equitativo que se excluam desse dispositivo legal Oficiais de outros Serviços, possuidores, também de Curso

Superior e recrutados de maneira idêntica.

Sala das Sessões, 9 de janeiro de 1951. — *Braga Pinheiro*.

Projeto publicado no D. C. N. de 10-1-51; pareceres no D.C.N. de 9 de junho de 1951.

Lote: 29  
PL N° 1308/1951  
Caixa: 57  
15

Rio de Janeiro em 7 de fevereiro de 1952.

Nº 00163

Comunica remessa do  
Projeto de Lei nº  
1 308, de 1951.

Senhor Secretário:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para que se ligue de levar ao conhecimento o Senado Federal que a Câmara dos Deputados, em sua sessão de 4 de fevereiro corrente, aprova o Projeto de Lei nº 1 308 de 1951, que dispõe sobre a contagem de tempo de efetivo serviço dos oficiais veterinários que outrora cursaram na qualidade de alunos civis a Escola Veterinária do Exército, o qual foi nesta data enviado à Sanção.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

---

GURGEL DO AMARAL

1º Secretário.

A Sua Excelência Senhor Senador Etelvino Lins,

Primeiro Secretário do Senado Federal.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO  
Nº 1.308-A-1951

034

Em 10/12/51  
Carfelon

Dispõe sobre a contagem de tempo de efetivo serviço dos oficiais veterinários que cursaram, na qualidade de alunos civis, a Escola de Veterinária do Exército; com pareceres favoráveis das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

PROJETO Nº 1.308-1951 A QUE SE REFEREM OS PARECERES

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Alto  
p.32

A IMPRIMIR

Em 23/12/51  
Carfelon

Projeto de Lei do Senado nº 7, de 1951, que dispõe sobre a contagem de tempo de efetivo serviço dos oficiais veterinários que outrora cursaram, na qualidade de alunos civis, a Escola de Veterinárias do Exército.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Aos oficiais veterinários que outrora, na qualidade de alunos civis, seguiram com aproveitamento o curso de formação de oficiais veterinários da Escola de Veterinária do Exército, é computado, como tempo de efetivo serviço, esse período de estudo, que deverá contar-se a partir da data da matrícula.

Art. 2º - Os oficiais veterinários do Exército diplomados em Veterinária por escolas civis, quando transferidos para a reserva ou reformados, contarão um ano do curso feito com aproveitamento nessas escolas em cada cinco anos do respectivo tempo de serviço efetivo.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 16 de outubro de 1951

João Café Filho

Vespasiano Martins

Waldemar Pedrosa



~~Parecer ao Projeto nº 1.308, de 1951.~~

1 - Originário do Senado, visa o presente projeto:

a) - Aos oficiais veterinários que outrora, na qualidade de alunos civis, seguiram com aproveitamento o curso de formação de oficiais veterinários da Escola de Veterinária do Exército, é computado, como tempo de efetivo serviço, êsse período de estudo, que deverá contar-se a partir da data da matrícula.

b) - Os oficiais veterinários do Exército diplomados em Veterinária por escolas civis, quando transferidos para a reserva ou reformados, contarão um ano do curso feito com aproveitamento nessas escolas em cada cinco anos do respectivo tempo de serviço efetivo.

2 - Ouvido o Ministério da Guerra, após longo e elucidativo estudo do assunto, concluiu que "Do exposto, êste Ministério é de parecer que o Projeto de Lei, ora submetido ao mesmo, para audiência, virá aclarar, aos alunos civis que tiraram o curso em igualdade de deveres com os militares e, com maiores ônus, uma justa solução às suas aspirações profissionais e, ao Exército, a regulamentação da matéria, que é de todo seu interesse".

3 - Quanto ao art. 2º propõe medida já adotada quanto ao Quadro de Saúde.

4 - Assim, sou de parecer que o projeto merece aprovação

Sala "Sabino Barroso", em 26 de outubro de 1951.

*Arthur Bernardes, pt*

Arthur Bernardes - Presidente

*André Fernandes*

André Fernandes - Relator

*Victorino*  
*Guilherme*  
*Galdino do Valle*  
*Pinheiro*  
*Arruel*  
*Thoro Castelo*



Parecer da Comissão de Finanças

236

RELATÓRIO

O Projeto nº 1.308/51, originário do Senado, manda computar, como tempo de efetivo serviço, aos oficiais veterinários, o período de estudos na Escola de Veterinária do Exército, e, àqueles formados por escolas civis, acresce o tempo para reforma ou transferência para a Reserva, na base de um ano do curso para <sup>civis</sup> ~~civis~~ de efetivo serviço.

O Ministério da Guerra aplaudiu sem restrições o projeto, ao ser ouvido por decisão do Senado, conforme Aviso nº 337/11, de 10 de maio do corrente ano.

A Comissão de Segurança Nacional da Câmara opinou em consequência pela aprovação do projeto.

PARECER

O relator ~~é~~ de parecer seja aprovado o projeto tal como se acha redigido.

Sala "Antônio Carlos", em 6 de <sup>dezembro</sup> ~~novembro~~ de 1951.

Macedo Soares e Silva

Macedo Soares e Silva  
Relator

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças opina favoravelmente ao Projeto nº 1.308/51, nos termos do parecer do Relator.

Sala "Antônio Carlos", em 6 de ~~novembro~~ <sup>dezembro</sup> de 1951.

Israel Pinheiro

, Presidente

Macedo Soares e Silva

Macedo Soares e Silva, Relator

Alvaro Castelo

Alvaro Castelo

Parsifal Barroso

Parsifal Barroso

Epilogo de Campos

Epilogo de Campos

Aldesampaio, Vencido

Aldesampaio, Vencido

Rafael Cincurá

Rafael Cincurá

Lauro Cruz

Lauro Cruz

Pontes Vieira

Pontes Vieira

Lameira Bittencourt

Lameira Bittencourt

Leite Neto

Leite Neto

A Comissão Regeneradora Nacional e de Fomento

19.10.51

*[Handwritten signature]*



1.077

16 de outubro de 1951

Excelentíssimo Senhor Doutor Gurgel do Amaral  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a fim de que se digne submeter à consideração da Câmara dos Deputados, o incluso autógrafo do projeto do Senado que dispõe sobre a contagem de tempo de Escola, dos alunos da E.V.E.- Curso de formação de Oficiais Veterinários.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

*Uspariano Luvitiny*

Projeto de Lei do Senado nº 7, de 1951,  
que dispõe sobre a contagem de tempo  
de efetivo serviço dos oficiais veteri-  
nários que outrora cursaram, na quali-  
dade de alunos civis a Escola de Vete-  
rinários do Exército.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Aos oficiais veterinários que outrora, na qualidade de alunos civis, seguiram com aproveitamento o curso de formação de oficiais veterinários da Escola de Veterinária do Exército, é computado, como tempo de efetivo serviço, esse período de estudo, que deverá contar-se a partir da data da matrícula.

Art. 2º - Os oficiais veterinários do Exército diplomados em Veterinária por escolas civis, quando transferidos para a reserva ou reformados, contarão um ano do curso feito com aproveitamento nessas escolas em cada cinco anos do respectivo tempo de serviço efetivo.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

*Senado do Brasil, 6 de fevereiro de 1951*

SENADO FEDERAL, em 16 de outubro de 1951

*Assinado e assinado*  
*Waldemar Pinheiro*  
*Waldemar Pinheiro*

**COPIA**

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 7, de 1951

Dispõe sobre a contagem de tempo de Escola, dos alunos da E.V.E. - Curso de formação de Oficiais Veterinários. (Apresentado pelo Sen. Braga Pinheiro).

Lido na sessão de 9.1.51 - À Comissão de Constituição e Justiça.

Apresentado em 11.1.51 ao Sr. Sen. Vergniaud Wanderley

Devolvido c/ parecer, em 30.1.51

Ao Senador Camilo Mércio em 29.3.51.

Devolvido c/ parecer, em 6.4.51

Ofício CJ-12, de 16.4.51, ao Ministro da Guerra - Rec. resp. do Ministro da Guerra em 14.5.51, aviso nº 337/11, de 10.5.51

Devolvido c/ parecer em 30.5.51

C/ parecer da Justiça - à Ata em 7.6.51

Pareceres ns. 422 e 423, lidos em 8.6.51

Em 20.6.51 é considerado constitucional o projeto.

À Comissão de Forças Armadas

Ao Sr. Sen. Roberto Glasser. Em 25.6.51

Com parecer de F. Armadas, vai à Ata, em 5.7.51

Parecer nº 546, de 1951, lido em 6.7.51

Em 17.7.51 o Sr. Mozart Lago apresenta emenda ficando encerrada a discussão.

Às Comissões de Constituição e Justiça e de Forças Armadas

Ao Sen. Camilo Mércio em 20.7.51

Devolvido com parecer em 1.8.51

C/ parecer da Justiça à Com. de F. Armadas, em 2.8.51

Ao Sr. Sen. Roberto Glasser em 22.8.51

Com ofício, da Comissão de Forças Armadas, vai à Ata, em 24.8.51

Parecer nº 761, lido em 27.8.51

Em 4.9.51 o Sr. Presidente retira o projeto da Ordem do Dia para remetê-lo à Com. de Forças Armadas, em face do Ofício do Ministro da Guerra.

C/ parecer nº 888, lido em 21.9.51

Em 1.10.51 é aprovado o requerimento 314, do Sr. Mozart Lago solicitando retiradas de emenda de sua autoria. O projeto é aprovado em 1ª discussão.

Em 4.10.51 é aprovado em 2ª discussão.

À Comissão de Redação de Leis

Parecer nº 1 006, lido em 11.10.51

Em 12.10.51 é aprovada a redação final

**SEÇÃO DO EXPEDIENTE**

*F. de A. Lago*

**SECRETARIA DO SENADO FEDERAL**

República dos Estados Unidos do Brasil



Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

Protocolo n.º 557

Mensagem Presidencial n.º 45

Autógrafos sancionados do Proj. 1308-51

DESPACHO:

em de 19

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

PROJETO N.º 1308 DE 1951

# SINOPSE

Projeto N.º ..... de ..... de 19.....

Ementa: .....

.....

.....

Autor: .....

Discussão única .....

Discussão inicial .....

Discussão final .....

Redação final .....

Remessa ao Senado .....

Emendas do Senado aprovadas em ..... de ..... de 19.....

Sancionado em ..... de ..... de 19.....

Promulgado em ..... de ..... de 19.....

Vetado em ..... de ..... de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de ..... de ..... de 19.....

Caixa: 57

Lote: 29  
PL N.º 1308/1951

25

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1952

00261

Senhor Secretário :

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência um dos  
"tôrreões" do Projeto de lei nº 1308-1951, que dispõe sobre  
a contagem de tempo de serviço dos oficiais veterinários  
que cursaram a Escola de Veterinária do Exército, já sancio-  
nado.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelên-  
cia os meus protestos de elevada estima e distinta considera-  
ção.

---

GURGEL DO AMARAL,  
1º Secretário.

A Sua Excelência o Senhor Senador Etelvino Lima,  
Primeiro Secretário do Senado Federal.

CV/AC

INTEIRADA. *Arquivo*

*22/2/1952*

*Amplor Amaral*



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Diretoria dos Serviços Legislativos  
MAR 5 1952  
PROTOCOLO GERAL  
N.º 0557

Em 18 de fevereiro de 1952

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa Mensagem do Senhor Presidente da República restituindo autógrafos de decreto do Congresso Nacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha elevada estima e mui distinta consideração.

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Diretoria dos Serviços Legislativos  
Secção do Expediente

Feito o respectivo expediente  
em 21 de Fevereiro de 1952  
por ofício sob N.º 00261

Secretaria da Câmara dos Deputados,  
em 21 de Fevereiro de 1952

*Cid Vilas*  
Chefe da Secção do Expediente

*Lourival Fontes*

(Lourival Fontes)  
Secretário da Presidência  
da República

A Sua Excelência o Senhor Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados.

GP/GP/.

u. 045



Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados.

Havendo sancionado o Decreto do Congresso Nacional que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos Oficiais veterinários que outrora cursaram a Escola de Veterinária do Exército, tenho a honra de restituir a Vossa Excelência dois dos respectivos autógrafos.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1952.

*J. A. Vargas*

*Examinado  
E 16-2-1952  
[Signature]*

Dispõe sôbre a contagem de tempo de efetivo serviço dos oficiais veterinários que outrora cursaram, na qualidade de alunos civis, a Escola de Veterinária do Exército.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1<sup>a</sup> - Aos oficiais veterinários que outro ra, na qualidade de alunos civis, seguiram com aproveitamen- to o curso de formação de oficiais veterinários da Escola de Veterinária do Exército, é computado, como tempo de efetivo serviço, êsse período de estudo, que deverá contar-se a par- tir da data da matrícula.

Art. 2<sup>a</sup> - Os oficiais veterinários do Exérci- to diplomados em Veterinária por escolas civis, quando trans feridos para a reserva ou reformados, contarão um ano do cur so feito com aproveitamento nessas escolas em cada cinco a- nos do respectivo tempo de serviço efetivo.

Art. 3<sup>a</sup> - Revogam-se as disposições em contrá rio.

Câmara dos Deputados, em 6 de fevereiro de 1952.

*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

*[Signature]*  
NLG.

# OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS:

# OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS: